

Governo propõe descontos e mantém isenções nas SCUT sem via alternativa

O Executivo mantém isenções, mas só para SCUT sem alternativa. Para as restantes propõe descontos para beneficiar residentes e empresas locais.

Lígia Simões

ligia.simoes@economico.pt

A proposta final do Governo para a colocação de portagens nas sete SCUT do país foi ontem entregue ao PSD e prevê uma solução mista. Mantém isenções nas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT) que não têm alternativa e propõe portagens mais baratas (entre 10% e 20%) para todas as outras. Os descontos e isenções incidirão sobre moradores e empresas registadas nas regiões das SCUT. Ao que o Diário Económico apurou a redução de preços vai variar entre 10% e 20%. A proposta faz uma aproximação à sugestão inicial do PS, que pretendia isenções para as sete SCUT, e a do PSD, a admitir apenas uma "comparticipação".

Depois de socialistas e social-democratas terem chegado a acordo sobre as formas de pagamento nas SCUT (ver caixas ao lado) falta definir outro dado-chave: os critérios que vão ser aplicados para que haja uma discriminação positiva. Para já, isentas de pagamento ficarão as SCUT como a Via do Infante, no Algarve, a A25 (entre Aveiro e Guarda) e a A28 (entre Porto e Viana do Castelo). Nesta última, ainda ontem empresários galegos e portugueses apelaram ao Governo para que isente os trabalhadores que diariamente cruzam o rio Minho de portagens na A28, bem como as empresas instaladas nas suas duas margens.

Ontem, depois de receber o documento de três páginas enviado pelo Ministério das Obras Públicas, o PSD decidiu pedir novos esclarecimentos "técnicos", o que deixa antever um espírito de diálogo entre as duas principais forças políticas. A entrada em vigor de portagens em três SCUT está prevista para 1 de Agosto e o Governo apontou o dia um de Janeiro de 2011 para o pagamento de portagens nas restantes quatro.

Portagens apreciadas hoje no Parlamento

Hoje, o tema regressa ao Parlamento, onde será discutido por

Partidos debatem hoje no Parlamento decreto-lei sobre as portagens em três SCUT, numa apreciação parlamentar proposta pelo PCP.

iniciativa do PCP, que pretende deitar por terra a proposta do Governo de colocar portagens nas SCUT. Apesar da iniciativa comunista não ter "pernas para andar" - é um dado adquirido que se vai passar a pagar nestas autoestradas -, o tema regressará hoje para apreciação parlamentar do decreto-lei 67/A/2010, que identifica os lançamentos e os sublanços sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das mesmas. A nova iniciativa legislativa deverá estabelecer um "calendário faseado para a introdução universal de portagens" que deverá ficar concluído até ao final do ano.

O PSD chegou mesmo a ameaçar votar pela suspensão da introdução de portagens nas SCUT caso o Governo não apresentasse até hoje (9 de Julho) uma nova iniciativa legislativa que incorpore "princípios de universalidade". Em causa está a introdução de portagens em mais quatro SCUT: Via do Infante, A23 (entre Torres Novas e Guarda), A24 (entre Viseu e Chaves) e A25.

Pressão sobre o PSD

Ontem, o Governo colocou pressão sobre o PSD ao considerar que será "estranho" se não houver acordo com o PSD sobre cobrança de portagens em três autoestradas por ausência de consenso na aplicação de critérios de coesão nacional favoráveis às regiões do interior. A advertência foi feita pelo ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, no final do Conselho de Ministros, depois de confrontado com a possibilidade de a oposição aprovar a revogação do pagamento de portagens nas SCUT do Grande Porto, Norte Litoral e Costa de Prata. As três SCUT com portagens previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) no âmbito das medidas adicionais para garantir a meta do défice em 2013, fixada inicialmente em 3% e que o Executivo prevê agora antecipar em um ano. ■ F.T.

ANÁLISE SCUT

O 'chip' de matrícula e as questões de privacidade

LUÍS NETO GALVÃO

Advogado

Em Portugal a Constituição e a lei oferecem garantias adequadas aos cidadãos quanto ao modo pelo qual os seus dados pessoais são tratados. Por existirem essas garantias é que o actual debate público sobre os 'chip' de matrícula pode ter lugar.

A adopção dos diplomas legais que enquadram o dispositivo electrónico de matrícula (DEM) está sujeita a parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados ("CNPD").

Embora este parecer não seja vinculativo, o legislador procura habitualmente ajustar o seu projecto de diploma em conformidade. E assim será, certamente, com a garantia do anonimato do pagamento, questão a que a CNPD deu particular ênfase. A informação que é possível obter através do DEM releva da vida privada dos cidadãos - constitui informação sensível - e deve, por isso, ser sujeita a um regime especialmente protector dos direitos, liberdades e garantias.

A CNPD terá de autorizar as bases de dados a constituir para efeitos da cobrança de portagens. As nossas maiores interrogações prendem-se com a possibilidade de a CNPD o fazer até ao final de Julho de 2010 e de fiscalizar adequadamente o cumprimento dessas autorizações, dada a escassez de meios que tanto afecta esta instituição. ■



Deputados

Argumentos sobre portagens nas SCUT não convencem também os deputados do PS.

Márcia Galvão

marcia.galvao@economico.pt

A introdução de portagens em todas as SCUT (auto-estradas sem custos para o utilizador) do país está longe de ser consensual entre os deputados do PS e PSD. Enquanto Sócrates e Passos Coelho alinham o passo para cumprir uma das metas acordadas no Programa de Estabilidade e Crescimento, dentro dos seus

Canal 200 da ZON

Etv

Veja a actualidade política no canal 200 da ZON e leia-a na íntegra no site do Diário Económico

www.economico.pt



Líder do PSD, Passos Coelho, está a analisar a proposta enviada pelo Governo sobre as SCUT.

do PSD contestam universalidade

grupos parlamentares multiplicam-se as vozes da discordância, fazendo adivinhar dissabores na hora das votações. Declarações de voto ou quebras da disciplina são algumas das hipóteses ponderadas pelos críticos, apurou o Diário Económico.

Na última reunião de cada uma destas estruturas, na quinta-feira, o tema SCUT dominou toda a agenda. Com Passos Coelho na sala, vários foram os deputados social-democratas a levantar a voz para protestar em relação à insistência do líder junto do Executivo para cobrar por-

De ambos os partidos, PS e PSD, há ameaças de quebras de disciplina de voto e prováveis declarações de voto na matérias das SCUT.

tagens em todas as SCUT e não apenas nas três previstas para 1 de Agosto. Os mais reivindicativos são os representantes dos círculos eleitorais afectados pela medida. Castelo Branco, Guarda, Viana do Castelo, Coimbra e Algarve são os mais descontentes.

No sul do país, PS e PSD não podiam estar mais de acordo. Qualquer uma das estruturas regionais dos partidos está totalmente contra a introdução de portagens na Via do Infante e ambas prometem lutar para fazer valer os seus direitos. O líder do PSD/Algarve, Mendes Bota

até já veio dizer que participará em todos os protestos promovidos pela sociedade civil, lembrando que a Via do Infante não é uma SCUT, nem tem perfil técnico de auto-estrada. O PS/Algarve também não desiste de travar a cobrança de portagens nesta via e já apelou à intervenção de Bruxelas.

De ambos os lados, vários vozes criticam a falta de coordenação nesta matéria e os consecutivos avanços e recuos, com Vera Jardim a classificar de “trapalhada” a actuação dos partidos na polémica das SCUT. ■

OPÇÕES DE PAGAMENTO

1

Dispositivo de Matrícula (DEM)

O Dispositivo Electrónico de Matrícula (DEM), mais conhecido por ‘chip’, é um identificador que permite que cada veículo que passe nos pórticos instalados nas SCUT que passam a ser portajadas fique registado. O sistema funciona como a Via Verde, permitindo que o condutor pague através de débito bancário. Os DEM estão disponíveis nos CTT e serão gratuitos durante seis meses.

25 euros

Preço do DEM a partir de 2011

2

Tradicional Via Verde

O sistema de Via Verde, da Brisa, é válido para todas as auto-estradas do país, incluindo as SCUT. Permite a identificação do local e tempo de uso de determinada infra-estrutura através do estabelecimento de uma ligação rádio com a antena instalada na via. O pagamento é depois feito através de débito bancário.

3

Registo fotográfico do veículo

A fotografia passa a ser uma solução alternativa ao identificador de matrícula. Se não tiver o seu carro equipado com Via Verde ou DEM, o pórtico da auto-estrada fotografa o veículo que passar e o condutor tem depois um prazo de cinco dias para efectuar o pagamento ao Estado. Este sistema é já hoje utilizado pela Brisa para punir os condutores que passem na Via Verde sem serem clientes da mesma.

5 dias

Prazo para pagamento

4

Pré-pagamento com dispositivo temporário

O Governo disponibiliza a possibilidade do condutor comprar um dispositivo temporário, que será pré-pago e anónimo, para as portagens onde não exista cobrança manual. Os carregamentos relativos aos sistemas de pagamento pré-pagos podem ser realizados nas Estações de Correios, redes Payshop e Multibanco.

Governo restringe isenções nas SCUT e avança com descontos

A solução para as portagens só prevê isenções nas SCUT sem vias alternativas. Para as restantes haverá descontos entre 10% e 20%. Ambos os benefícios só se aplicam a residentes e empresas locais. O tema volta hoje ao Parlamento. ➔ P18